



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 1.104/2014–ML

ASSUNTO: PENSÃO MILITAR

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 1.174/2004

EMENTA: PENSÃO MILITAR. MP Nº 2.218/2001. CONCESSÃO INICIAL À VIÚVA E INDEFERIMENTO DA CONCESSÃO À FILHA MAIOR DE OUTRO LEITO. LEI Nº 10.486/2002. DEFERIMENTO DA CONCESSÃO À FILHA. ATO ANULADO A PARTIR DE DILIGÊNCIA DO CONTROLE INTERNO COM BASE NA DECISÃO Nº 2.064/2003. CONCESSÃO À FILHA EM SEDE DE LIMINAR EM MANDADO DE SEGURANÇA. SEGURANÇA NEGADA NO MÉRITO. CANCELAMENTO DA PENSÃO À FILHA. RECURSO DE REVISÃO INTERPOSTO COM FUNDAMENTO NA DECISÃO Nº 235/2012. INSTRUÇÃO SUGERE A LEGALIDADE. PARECER **CONVERGENTE DO MPC/DF**. EDIÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA. **SUSPENSÃO DE EFICÁCIA** DE NORMA ANTERIOR CONFLITANTE. A NÃO CONVERSÃO EM LEI DO TEXTO DIVERGENTE RESTAURA A EFICÁCIA DA NORMA ANTERIOR. DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA. ANÁLISE DO ART. 7º, II, DA LEI Nº 3.765/1960 E DO ART. 36 DA LEI Nº 10.486/2002.

1. Tratam os autos de pensão militar inicialmente concedida à viúva, Arislina Badaró Duarte, do extinto Subtenente BM reformado Luiz Carlos Monteiro Duarte, **falecido na vigência da MP nº 2.218/2001**, cumulada com revisão para incluir filha maior de outro leito, Creide Monteiro Duarte.

2. Destaca-se que a concessão da pensão à viúva foi considerada legal por este c. **Tribunal** por meio da r. Decisão nº 1.743/2011, **in verbis**:

“O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I - tomar conhecimento das medidas adotadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em cumprimento à decisão judicial proferida na Apelação Civil nº 18.135/1987, mantida em face da improcedência da Ação Rescisória nº 318/1990-TJDFT, e autorizar o registro da revisão da reforma do então Cabo BM LUIZ CARLOS MONTEIRO DUARTE, que passou a ser calculada com base no Soldo de Terceiro-Sargento, nos termos do Enunciado nº 20 das Súmulas da Jurisprudência desta Corte de Contas; II - considerar legal, para fins de registro, a concessão da pensão a ARISLINA BADARÓ DUARTE, ressalvando que a regularidade das parcelas do título de pensão será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007; III - determinar a juntada de cópia desta decisão ao Processo nº 4.817/1984, que cuida da reforma do Cabo BM LUIZ CARLOS MONTEIRO DUARTE; IV - autorizar o arquivamento do feito e a devolução dos apensos à origem. Vencido o Conselheiro RONALDO COSTA COUTO, que votou pelo acolhimento, ‘in totum’, da instrução e do parecer do Ministério Público junto à



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Corte. O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos, por força do art. 134, inciso II, do CPC.”

3. Neste momento processual, analisa-se o mérito do Recurso de Revisão (fls. 269/275), conhecido por meio da r. Decisão nº 4.487/2014 (fl. 331), interposto pela filha maior de outro leito, Creide Monteiro Duarte, com o intuito de rever a decisão que determinou o cancelamento de seu benefício de pensão militar, em face da “*superveniência de documento novo com eficácia sobre a prova produzida, ou seja, a r. Decisão nº 235/2012 proferida no Processo nº 1.162/2004*” (fl. 336).

4. A propósito, cito a r. Decisão nº 235/2012:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno dos autos ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal, em diligência, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, o jurisdicionado adote as seguintes providências: I. tornar sem efeito os atos de fls. 69 e 79-apenso-pensão, bem como os respectivos títulos de pensão, reprimando o ato revisório e fl. 55-apenso-pensão; II. retificar o ato revisório de fl. 55-apenso-pensão para: 1) excluir do fundamento legal o artigo 36, § 3º, da Lei nº 10.486/02, e incluir o artigo 62, § 3º, da Constituição Federal; 2) indicar o dia 13.12.02, data de entrada do pedido de habilitação da interessada, como sendo de vigência do benefício; III. elaborar novos títulos de pensão, em substituição aos de fls. 56/57-apenso-pensão, ajustando os seus termos às determinações contidas no item anterior. O Conselheiro RENATO RAINHA deixou de atuar nos autos, por força do art. 16, VIII, do RI/TCDF, c/c o art. 135, parágrafo único, do CPC e o Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, por força do art. 134, inciso II, do CPC.”

5. Em análise ao mérito do Recurso de Revisão (fls. 269/275), a Unidade Técnica, por meio do documento de fls. 334/339, assim se manifestou no que interessa:

“9. De fato, assiste razão à recorrente no que se refere à mudança de entendimento deste Tribunal a respeito da possibilidade de filhas maiores participarem do rateio do benefício cujo instituidor tenha falecido na vigência da MP nº 2.218/2001, consoante disposições da Decisão nº 727/2011, prolatada no Processo nº 1.162/2004.

10. Naquela oportunidade, o Relator do feito, ilustre Conselheiro Ronaldo Costa Couto, concordando com o Órgão Ministerial, e a despeito das manifestações dos nobres Conselheiros Marli Vinhadeli e Manoel de Andrade, teve seu voto acolhido pelo Tribunal, após voto de desempate proferido pela então Presidente Conselheira Anilcéia Machado.

11. Por oportuno, cumpre colacionar excerto do indigitado voto, da lavra do Conselheiro Ronaldo Costa Couto:

Data venia do ilustre revisor, mantenho o entendimento, tal qual a Conselheira Marli Vinhadeli, de que a situação desta concessão guarda estreita relação com a do Processo nº 6035/2010.

Mutatis mutandis, a situação da ex-esposa pensionada é equivalente à da filha maior. Frise-se que tanto os §§ 3º e 4º do art. 36 da Lei nº 10.486/02, que reconhecem o direito da filha maior, como o § 3º do art. 39 da mesma lei



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

(redação original), que reconhece o direito da ex-esposa pensionada, foram incluídos por ocasião da conversão da MP nº 2.218/01 na Lei nº 10.486/02.

O fato de o direito da filha maior ser condicionado (retribuição de 1,5%) não altera a substância da tese lançada no Processo nº 1461/04, que ora toma força no parecer do Ministério Público. Recordo, a propósito, a Decisão nº 6035/2010, exarada no referido Processo nº 1461/04, in verbis:

DECISÃO Nº 6035/2010

O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, decidiu: I – dar provimento ao pedido de reexame em foco, revendo a Decisão nº 1.440/10 (fl. 28), tendo em vista a possibilidade de concessão de pensão militar à ex-esposa pensionada, durante a vigência da MP nº 2.218/01; II – autorizar o retorno dos autos ao relator original e à 4ª ICE, para análise da concessão. Vencido a Relatora, que manteve o seu voto.

Considerando que onde há a mesma razão deve haver o mesmo direito, necessário é reconhecer que o óbito de militar ocorrido na vigência da MP nº 2.218/01 confere às suas filhas maiores o direito à pensão, nos termos definidos pela Lei nº 3.765/60. (Grifado)

A fundamentação legal constante do ato revisório, contudo, deve sofrer as devidas alterações, nos moldes destacados pelo nobre Relator do Processo nº 1461/04, que assim se manifestou no referido feito:

Resta, por fim, verificar em qual fundamento legal, portanto, estaria amparada a concessão na modalidade ora examinada. Acredita-se que, como os efeitos da Lei nº 3.765/60 voltaram a vigorar, até a edição da Lei nº 10.486/02, a fundamentação normativa deve basear-se naquela norma, para óbitos ocorridos entre 5 de setembro de 2001 e 4 de julho de 2002 (período em que vigorou a MP 2.218/01). Contudo, devem-se combinar os termos da Lei nº 3.765/60 com os dispositivos constitucionais referentes à edição de medidas provisórias.

Logo, na fundamentação legal deveria constar o artigo 7º, inciso I, letra 'c', da Lei nº 3.765/60, combinado com o artigo 62, § 3º, da Constituição Federal.

(...)

13. Desse modo, tendo em conta os indigitados precedentes (Decisão nº 6.035/2010 – Processo nº 1.461/2004; Decisões nº 727/2011 e 235/2012 – Processo nº 1.162/2004), que demonstram o posicionamento da e. Corte de Contas a respeito da matéria, entende-se que o Recurso de Revisão de fls. 269/275, com os anexos de fls. 276/292, apresentado pela recorrente CREIDE MONTEIRO DUARTE por meio de seu representante legal, no mérito, é procedente, devendo o jurisdicionado adotar as seguintes providências: a) tornar sem efeito o item III do ato publicado no DODF de 23/03/2004 (fl. 51-apenso-pensão), ripristinando o item 1 do ato publicado no DODF de 02/09/2002 (fl. 35-apenso-pensão); b) retificar o ato publicado no DODF de 02/09/2002 (fl. 35-apenso-pensão) para excluir do fundamento legal o artigo 36, § 3º, da Lei nº 10.486/02, e incluir o artigo 62, § 3º, da Constituição Federal; c) elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 52-apenso-pensão, ajustando os seus termos às determinações contidas nos itens anteriores; d) reincluir a interessada CREIDE MONTEIRO DUARTE no rateio do presente benefício, sem olvidar, quanto



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

aos ajustes financeiros, a prescrição quinquenal, nos termos da Decisão nº 6.657/2006 (Processo nº 746/2004).” (fls. 336/338). (Grifos acrescidos).

6. Por fim, a Instrução sugeriu ao e. **Tribunal**:

“I. dar provimento ao Recurso de Revisão apresentado pela recorrente CREIDE MONTEIRO DUARTE, por meio de seu representante legal, para que a interessada seja reincluída como beneficiária da presente pensão, tendo em conta precedentes deste Tribunal (Decisão nº 6.035/2010 – Processo nº 1.461/2004; Decisões nº 727/2011 e 235/2012 – Processo nº 1.162/2004);

II. determinar ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências:

a. tornar sem efeito o item III do ato publicado no DODF de 23/03/2004 (fl. 51- apenso-pensão), ripristinando o item I do ato publicado no DODF de 02/09/2002 (fl. 35-apsenopensão);

b. retificar o ato publicado no DODF de 02/09/2002 (fl. 35- apenso-pensão) para excluir do fundamento legal o artigo 36, § 3º, da Lei nº 10.486/02, e incluir o artigo 62, § 3º, da Constituição Federal;

c. elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 52-apsenso-pensão, ajustando os seus termos às determinações contidas nos itens anteriores;

d. reincluir a interessada CREIDE MONTEIRO DUARTE no rateio do presente benefício, sem olvidar, quanto aos ajustes financeiros, a prescrição quinquenal, nos termos da Decisão nº 6.657/2006 (Processo nº 746/2004);

III. dar ciência à interessada, por meio de seu representante legal, da decisão que vier a ser proferida no presente feito;

IV. autorizar a devolução dos apensos à origem e dos autos à SEFIPE, para acompanhamento.” (fls. 338/339).

7. Após este relato, passo à análise do presente feito.

8. A teor do que dispõe o art. 1º, inciso I, alínea **b**, da Resolução nº 140/2001, que disciplina a tramitação de processos no âmbito desta c. **Corte de Contas**, as Secretarias de Controle Externo deverão encaminhar a este **Parquet** os processos que se encontrem na fase de julgamento, apreciação, ou exame de mérito de recurso, e que tratem de aposentadoria, reforma ou **pensão**, como é o caso dos presentes autos.

9. **Ab initio**, cumpre enfatizar que o **fato gerador** da pensão por morte é o **óbito** do servidor/instituidor, devendo ser aplicada à concessão a **lei em vigor na data da ocorrência do fato gerador**, consoante o enunciado sumular de nº 340 do c. **Superior Tribunal de Justiça**. Aliada à demonstração do óbito, devem os interessados comprovar a **condição de beneficiário** requerida pela legislação de regência.

10. O óbito do Subtenente BM reformado Ruy Barbosa de Paiva se deu na **vigência da MP nº 2.218/2001**, convertida posteriormente na Lei nº 10.486/2002, que assim dispõe sobre a pensão militar:



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

“DA PENSÃO MILITAR

(...)

Art. 36. (VETADO)

§ 1º Os valores atualmente descontados a título de pensão militar vigorarão até 31 de dezembro de 2001.

§ 2º Para fins de aplicação do caput, será considerado como posto ou graduação do militar o correspondente ao soldo sobre o qual forem calculadas as suas contribuições.

§ 3º Fica assegurado aos atuais militares

I - a manutenção dos benefícios previstos na Lei no 3.765, de 4 de maio de 1960, até 29 de dezembro de 2000, mediante contribuição específica de um vírgula cinco por cento da remuneração ou proventos; ou

II - a renúncia, em caráter irrevogável, ao disposto no inciso I, desde que expressa até 31 de agosto de 2002. (NR)” (Grifos acrescidos).

11. Por sua vez, a Lei nº 3.765/1960 assim dispunha sobre os beneficiários da pensão:

“DOS BENEFICIÁRIOS E SUA HABILITAÇÃO

Art 7º A pensão militar defere-se na seguinte ordem:

I - à viúva;

II - aos filhos de qualquer condição, exclusive os maiores do sexo masculino, que não sejam interditos ou inválidos;

III - aos netos, órfãos de pai e mãe, nas condições estipuladas para os filhos;

IV) - à mãe, ainda que adotiva, viúva, solteira ou desquitada, e ao pai, ainda que adotivo, inválido ou interdito; (Redação dada pela Lei nº 4.958, de 1966)

V - às irmãs germanas e consanguíneas, solteiras, viúvas ou desquitadas, bem como aos irmãos menores mantidos pelo contribuinte, ou maiores interditos ou inválidos;

VI - ao beneficiário instituído, desde que viva na dependência do militar e não seja do sexo masculino e maior de 21 (vinte e um) anos, salvo se fôr interdito ou inválido permanentemente.

§ 1º A viúva não terá direito à pensão militar se, por sentença passada em julgado, houver sido considerada cônjuge culpado, ou se, no desquite amigável ou litigioso, não lhe foi assegurada qualquer pensão ou amparo pelo marido.

§ 2º A invalidez do filho, neto, irmão, pai, bem como do beneficiário instituído comprovar-se-á em inspeção de saúde realizada por junta médica militar ou do Serviço Público Federal, e só dará direito à pensão quando não disponham de meios para prover a própria subsistência.” (Grifos acrescidos).

12. Vale dizer que as medidas provisórias, malgrado tenham força de Lei (art. 62, **caput**, da CF/1988), não revogam, no momento de sua edição, os normativos anteriores naquilo que dispõem de modo contrário. Consoante a doutrina e a sedimentada jurisprudência do c. **STF**¹, a edição de MP **suspende a eficácia da norma anterior** naquilo que abordam de maneira diversa. Nesse sentido, **Alexandre de Moraes**² explica:

¹ ADI nº 365 AgR/DF e ADI nº 1.206 MC/DF.

² MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. São Paulo: Atlas, 2010, p. 686.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

“A edição da medida provisória paralisa temporariamente a eficácia da lei que versava a mesma matéria. Se a medida provisória for aprovada, convertendo-se em lei, opera-se a revogação. Se, entretanto, a medida provisória for rejeitada, restaura-se a eficácia da norma anterior. Isto porque, com a rejeição, o Legislativo expediu ato volitivo consistente em repudiar o conteúdo daquela medida provisória, tornando subsistente anterior vontade manifestada de que resultou a lei antes editada.”

13. Nesse contexto, permito-me transcrever parte do Parecer nº 1.018/2010-CF*, de lavra da i. Procuradora do **MPC/DF, Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira**, que, ao dissentar da Unidade Técnica, resume o entendimento do **Parquet** sobre a **questio**:

*“3. No que se refere à questão da decadência, concorda este MPC/DF com a conclusão alcançada. Já é conhecido o posicionamento deste parquet contrário à aplicação deste instituto às Cortes de Contas. No entanto, essa não é a questão principal a ser discutida. **Quanto ao segundo ponto abordado, outro é o entendimento deste órgão Ministerial.** Defende a instrução a aplicação, ao presente caso, do princípio de que o tempo rege o ato da pensão. Assim, falecendo na vigência da MP 2.218/2001, não se aplicam as disposições do art. 36, parágrafo 3º, inciso I, da Lei posterior nº 10.486/2002, que assegurou novamente o direito à filha maior, **direito esse existente na legislação anterior (Lei 3.765/60)**, que não foi previsto na MP citada, sendo novamente introduzido em legislações pretéritas editadas após o falecimento do instituidor.*

*4. Para o caso, **deve-se buscar outra linha de interpretação**, no que se refere aos efeitos da medida provisória não aprovada. Roque Carazza, em sua obra Curso de Direito Constitucional Tributário, ed. Malheiros entende que ‘Em suma, a medida provisória tem vida efêmera, já que caduca decorrido o prazo de aprovação. Como se isso não bastasse, se neste exíguo prazo não for convolada em lei, perde eficácia ab initio. Em outras palavras, a rejeição da medida provisória opera efeitos ex tunc, isto é, faz com que este ato normativo caia por terra e, com ele, todos os efeitos que eventualmente produziu; [...] **a medida provisória não revoga lei que dispõe em sentido contrário.** Apenas suspende-lhe a eficácia. A revogação dar-se-á quando a medida provisória for convertida em lei. E, ainda assim, se não houver nenhuma inconstitucionalidade a tisaná-la. Não havendo conversão, tudo volta ao estado anterior. A lei, que não fora revogada, mas tivera sua constitucionalidade suspensa, volta a produzir todos os seus regulares efeitos’. (grifei)*

5. Pelas lições do ilustre professor a edição da medida provisória apenas paralisa temporariamente a eficácia da lei que trata de mesma matéria, sendo aprovada, há a revogação, em havendo rejeição, restaura-se a eficácia da norma anterior. Pode-se entender a natureza da MP como um projeto de lei com eficácia antecipada, apenas suspendendo os efeitos da legislação que substituiu, na condição de aprovação ou não pelo Congresso Nacional.

(...)

7. Por lealdade processual, fazendo pesquisas no âmbito no TJDF, constatee duas decisões diferentes a respeito da matéria, a saber:

Classe do Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO 2005 00 2 004595-9 AGI
- 0004595-03.2005.807.0000 (Res.65 - CNJ) DF

* Processo nº 1.162/2004.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

Registro do Acórdão Número: 229787

Data de Julgamento: 03/10/2005

Órgão Julgador: 1ª Turma Cível

Relator: NÍVIO GERALDO GONÇALVES

Publicação no DJU: 10/11/2005 Pág.: 96 Seção: 3

Ementa

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PENSÃO. MILITAR. ÓBITO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.218/2001. LEI Nº 10.486/2002. GARANTIA DE MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 3.765/1960 ÀS FILHAS. PRESUNÇÃO DE EXISTÊNCIA DE DIREITO. VERBA ALIMENTAR. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. ART. 273 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REQUISITOS PRESENTES. DEFERIMENTO. IMPOSIÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO. I - É CERTO QUE A PENSÃO MILITAR É REGULADA PELAS NORMAS VIGENTES NA DATA DO ÓBITO, CONTUDO, TENDO ESTE OCORRIDO DURANTE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.218, DE 5 DE SETEMBRO DE 2001, QUE, CONVERTIDA NA LEI FEDERAL Nº 10.486, DE 4 DE JULHO DE 2002, RESTOU POR OPORTUNIZAR AOS SERVIDORES MILITARES QUE SE JÁ ENCONTRAVAM INTEGRADOS AO QUADRO À ÉPOCA A MANUTENÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI Nº 3.765/1960 TÃO-SOMENTE PARA SUAS FILHAS, EMERGE INCONTESTE A VEROSSIMILHANÇA DO DIREITO DESTAS, IMPONDO-SE AO JUDICIÁRIO RESGUARDÁ-LO AB INITIO, MORMENTE POR SE TRATAR DE VERBA ALIMENTÍCIA.

II - AGRAVO IMPROVIDO.

Decisão NEGAR PROVIMENTO. UNÂNIME.

Classe do Processo: AGRAVO DE INSTRUMENTO 2004 00 2 006957-5 AGI - 0006957-12.2004.807.0000 (Res.65 - CNJ) DF

Registro do Acórdão Número: 206932

Data de Julgamento: 22/11/2004

Órgão Julgador: 1ª Turma Cível

Relator: ROBERVAL CASEMIRO BELINATI

Publicação no DJU: 01/03/2005 Pág.: 113 Seção: 3

Ementa

PENSÃO MILITAR. FILHA. MAIOR DE 24 ANOS. ÓBITO DO GENITOR OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI NOVA. RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE.

1. O REGRAMENTO DO DIREITO À PENSÃO POR MORTE HÁ DE SER FEITO COM BASE NA LEI VIGENTE À ÉPOCA DO ÓBITO DO MILITAR. TENDO O ÓBITO OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.218, DE 5 DE SETEMBRO DE 2001, QUE FOI CONVERTIDA NA LEI FEDERAL Nº 10.486, DE 4 DE JULHO DE 2002, A PENSÃO MILITAR OBEDECERÁ ÀS NORMAS ENTÃO VIGENTES, NÃO SE APLICANDO, EM TAL CASO, AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI FEDERAL Nº 3.765, DE 4 DE MAIO DE 1960, ALTERADA PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.215-10, DE 31 DE AGOSTO DE 2001.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
QUARTA PROCURADORIA

2. DE ACORDO COM O ART. 37, I, DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.218, DE 05 DE SETEMBRO DE 2001, CONVERTIDA NA LEI FEDERAL Nº 10.486, DE 4 DE JULHO DE 2002, A PENSÃO MILITAR SERÁ DEFERIDA AOS FILHOS MENORES DE VINTE E UM ANOS OU, QUANDO ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS, MENORES DE VINTE E QUATRO ANOS. COMO A AGRAVANTE, NO CASO EM APREÇO, JÁ CONTAVA COM 26 (VINTE E SEIS) ANOS DE IDADE NA DATA DO ÓBITO DO GENITOR, EX-SOLDADO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO DISTRITO FEDERAL, E NÃO É INVÁLIDA, É EVIDENTE QUE NÃO POSSUI DIREITO DE RECEBER O BENEFÍCIO. ASSIM, CORRETO ESTÁ O ATO ADMINISTRATIVO QUE CANCELOU O PAGAMENTO DA PENSÃO MILITAR QUE VINHA SENDO INDEVIDAMENTE EFETUADO À AGRAVANTE.

Decisão

DESPROVER. UNÂNIME.

8. Para o caso, diferente da ICE, considerando que a Lei nº 3.765/60 assegurava o direito pleiteado, tendo sido esse excluído pela MP 2218/2001, e tal exclusão não tenha sido confirmada em Lei posterior, entende-se que assegurado estaria o direito da filha maior, com fundamento na legislação anterior, qual seja, Lei nº 3.765/60. Nestes termos, divergindo da instrução, opina-se pela legalidade da revisão ora em apreço, observando os termos presentes no art. 7º da Lei 3.765/60.” (Grifos acrescidos e no original).

14. Por esse motivo, este **MPC/DF** entende que o ato deve ser **retificado** para reincluir na concessão da pensão a filha de outro leito, Creide Monteiro Duarte. A propósito, reforço a tese de que em casos semelhantes esta é. **Corte** tem assim deliberado, conforme rr. Decisões Plenárias nºs 6.035/2010, 727/2011 e 235/2012.

15. Ante o exposto, o **Ministério Público de Contas** converge com a conclusão emanada da Unidade Técnica.

É o Parecer.

Brasília, 3 de dezembro de 2014.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador